

| GUIA DO PARTICIPANTE

Guia 1

Da Pesquisa à Proposta

GUIA 1 / DBDI 2026

Da Pesquisa à Proposta

No DBDI, você vai partir de um desafio real do Brasil e desenvolver uma proposta para enfrentá-lo. Essa proposta pode assumir diferentes formatos: pode envolver o governo, empresas, organizações da sociedade civil ou uma combinação entre diferentes atores. Antes de decidir qual solução apresentar, porém, é importante compreender quem teria capacidade para colocá-la em prática, quais mecanismos estão disponíveis e qual modelo faz mais sentido para o problema que você escolheu investigar.

Este guia apresenta alguns dos principais caminhos que uma proposta pode seguir. O objetivo não é fazer com que todas as equipes criem uma política pública tradicional, mas ampliar o repertório de possibilidades antes que vocês decidam qual abordagem adotar.

01

FUNDAMENTOS

O que são políticas públicas?

Políticas públicas são ações, programas, serviços, regras e outras medidas desenvolvidas pelo poder público para enfrentar problemas coletivos e atender às necessidades da sociedade. Elas estão presentes em praticamente todas as áreas do cotidiano, como educação, saúde, transporte, segurança, meio ambiente, tecnologia, habitação, emprego e assistência social.

Na prática, uma política pública pode criar ou ampliar um serviço, oferecer benefícios ou incentivos, estabelecer novas regras, financiar determinada atividade, desenvolver infraestrutura ou organizar a atuação de órgãos públicos. Um município, por exemplo, pode criar um programa para reduzir a evasão escolar; um estado pode oferecer incentivos para empresas que contratem jovens em busca do primeiro emprego; e o governo federal pode estabelecer regras relacionadas à proteção de dados pessoais.

Embora sejam iniciativas bastante diferentes entre si, todas partem de uma mesma lógica: existe um problema, existem pessoas ou grupos afetados por ele e existe algum mecanismo de intervenção pensado para produzir uma mudança. Essa lógica também será importante durante a construção da proposta da sua equipe no DBDI.

02

FUNDAMENTOS

Diferentes tipos de políticas públicas

Existem diferentes maneiras de classificar políticas públicas, e conhecer algumas delas pode ajudar vocês a perceber que o governo possui vários instrumentos para enfrentar um mesmo problema. Nem toda política pública significa criar um novo programa, assim como nem todo problema precisa necessariamente de uma nova lei.

As **políticas distributivas** direcionam recursos, serviços ou benefícios para determinados grupos ou regiões. A construção de escolas, a oferta de bolsas de estudo, a distribuição de medicamentos e programas de capacitação profissional são alguns exemplos.

As **políticas redistributivas**, por sua vez, alteram de alguma maneira a distribuição de recursos ou oportunidades entre diferentes grupos da sociedade. Programas de transferência de renda e determinadas políticas tributárias são exemplos desse tipo de intervenção.

Já as **políticas regulatórias** estabelecem regras, padrões, direitos ou obrigações para pessoas, empresas e instituições. Normas sanitárias, regras de trânsito, regulamentações ambientais e medidas relacionadas à proteção de dados entram nessa categoria.

Por fim, as **políticas constitutivas** dizem respeito à forma como o próprio Estado se organiza. Elas podem, por exemplo, criar novos órgãos públicos ou redefinir responsabilidades entre diferentes níveis de governo.

Ao pensar na proposta da equipe, não é necessário começar escolhendo uma dessas categorias. Elas servem principalmente como repertório. Um problema pode exigir mais recursos, uma mudança nas regras, um novo serviço, um incentivo ou uma combinação de diferentes instrumentos. O mais importante é entender qual mecanismo tem potencial para atuar sobre as causas e consequências que vocês identificaram durante a pesquisa.

03

FUNDAMENTOS

Como uma política pública sai do papel?

Uma boa ideia não se transforma automaticamente em uma política pública. Dependendo da proposta, diferentes instituições e níveis de governo podem participar de sua formulação, aprovação, execução e fiscalização. Por isso, entender de forma básica o papel dos poderes públicos ajuda a evitar propostas que parecem interessantes em teoria, mas dependem de um ator que não teria competência para colocá-las em prática.

O **Poder Executivo**, que inclui prefeituras, governos estaduais, ministérios, secretarias e outros órgãos administrativos, é responsável por planejar e executar grande parte das políticas públicas. É por meio dessas instituições que muitos programas, serviços, campanhas e investimentos em infraestrutura chegam à população.

O **Poder Legislativo**, formado pelas câmaras municipais, assembleias legislativas e pelo Congresso Nacional, cria e modifica leis, participa da definição dos orçamentos públicos e fiscaliza a atuação do Executivo. Algumas propostas precisam de uma nova lei ou de uma alteração legislativa para existir; outras podem ser implementadas pelo próprio Executivo dentro das competências e regras já existentes.

O **Poder Judiciário** possui uma função diferente. Seu papel não é formular políticas públicas diretamente, mas interpretar e aplicar as leis e atuar quando há conflitos sobre direitos ou sobre a legalidade de determinadas ações do poder público. Em alguns casos, decisões judiciais também podem obrigar o Estado a cumprir deveres previstos na legislação.

A equipe não precisa dominar todos os detalhes jurídicos do funcionamento do Estado para participar do DBDI. No entanto, se a proposta depender da atuação do poder público, será importante pesquisar **qual instituição teria competência para agir e quais etapas seriam necessárias para que a ideia pudesse ser implementada**.

FUNDAMENTOS

04 Sua proposta não precisa depender apenas do governo

Embora as políticas públicas sejam uma ferramenta importante para enfrentar desafios coletivos, elas não são o único caminho possível. Muitos problemas brasileiros envolvem fatores sociais, econômicos, tecnológicos e institucionais que exigem a participação de diferentes setores.

Por isso, no DBDI, **a proposta da equipe não precisa necessariamente assumir a forma de uma política pública tradicional**. Vocês podem desenvolver uma solução liderada pelo governo, pela iniciativa privada, por organizações da sociedade civil ou por uma combinação entre diferentes atores. O importante não é escolher o modelo que parece mais sofisticado, mas justificar por que aquele arranjo faz sentido para o problema identificado.

Uma questão relacionada ao acesso a serviços públicos, por exemplo, pode exigir uma intervenção governamental. Já um desafio tecnológico pode permitir uma solução liderada por uma empresa ou startup. Em outros casos, a atuação próxima de uma comunidade pode tornar uma organização da sociedade civil especialmente relevante. Também existem situações em que nenhum desses atores conseguiria enfrentar o problema sozinho.

FUNDAMENTOS

05 Quem poderia liderar ou participar da solução?

Uma proposta liderada pelo **governo** pode fazer sentido quando a solução depende diretamente da oferta de serviços públicos, legislação, orçamento público, infraestrutura ou capacidade de atuação em grande escala. Um município poderia, por exemplo, criar um programa de reforço escolar voltado para estudantes com defasagem de aprendizagem.

Também é possível desenvolver propostas baseadas em **parcerias entre governo e setor privado**. Nesse tipo de arranjo, diferentes atores podem combinar recursos, conhecimento técnico, infraestrutura, tecnologia ou capacidade de execução. Uma prefeitura, por exemplo, poderia trabalhar com empresas de tecnologia para desenvolver ferramentas que facilitem o acesso da população a determinados serviços públicos.

É importante observar que nem toda colaboração entre governo e empresa é uma **Parceria Público-Privada (PPP)**. No Brasil, PPP é uma modalidade jurídica específica de contratação entre o poder público e o setor privado. Ao longo da competição, se a equipe considerar uma parceria desse tipo, vale pesquisar qual formato de cooperação seria realmente adequado à proposta.

A **iniciativa privada** também pode liderar soluções para desafios sociais, econômicos, ambientais e tecnológicos. Empresas e startups podem desenvolver novos produtos, serviços ou modelos de negócio que atuem sobre problemas existentes. Nesse caso, porém, além do impacto esperado, a equipe precisa considerar como a solução se sustentaria financeiramente. Uma startup poderia, por exemplo, desenvolver uma plataforma que conecte pequenos produtores rurais diretamente a compradores, reduzindo intermediários e facilitando o acesso ao mercado.

Outro caminho são as **organizações da sociedade civil**, como ONGs, associações, fundações e institutos. Essas organizações podem desenvolver projetos, mobilizar comunidades, produzir conhecimento, defender mudanças em políticas públicas e atuar diretamente com populações específicas. Esse modelo pode ser especialmente relevante quando o problema exige conhecimento aprofundado de um território ou uma relação próxima com determinado grupo. Uma organização poderia, por exemplo, desenvolver um programa de formação profissional para jovens de regiões com poucas oportunidades de emprego.

Por fim, muitas propostas podem funcionar melhor por meio de **modelos híbridos**, nos quais diferentes atores assumem responsabilidades complementares. Uma universidade pode produzir conhecimento e avaliar resultados, uma empresa pode desenvolver tecnologia, uma organização social pode trabalhar diretamente com a comunidade e o governo pode financiar ou ampliar a iniciativa. Nesse caso, o desafio da equipe será explicar não apenas quem participa, mas **qual seria o papel de cada ator e por que essa combinação é necessária**.

FUNDAMENTOS

06

Como escolher o modelo mais adequado para a proposta?

Uma das armadilhas mais comuns ao pensar em soluções é começar pelo formato: “quero criar uma ONG”, “quero desenvolver um aplicativo” ou “quero propor uma nova lei”. No DBDI, recomendamos fazer o caminho contrário. Comecem pelo problema e deixem que a pesquisa ajude a determinar qual tipo de intervenção faz mais sentido.

Antes de decidir o formato da proposta, procurem responder algumas perguntas. Qual é exatamente o problema que vocês querem enfrentar? Quem é mais afetado por ele e quais são suas principais causas? O que precisaria mudar para melhorar essa situação? Quem possui capacidade, responsabilidade ou recursos para provocar essa mudança? A solução dependeria de dinheiro público, legislação, tecnologia, infraestrutura, conhecimento especializado, mobilização comunitária ou de uma combinação desses elementos?

Também vale perguntar quais atores precisariam participar para que a proposta realmente funcionasse. Uma ideia pode parecer simples até a equipe perceber que depende, ao mesmo tempo, de escolas, secretarias municipais, empresas e famílias, por exemplo. Identificar essas relações desde o início ajuda a construir uma proposta mais realista.

A escolha do modelo deve surgir desse raciocínio. Em vez de perguntar **“que tipo de solução queremos criar?”**, tentem perguntar **“o que precisa acontecer para que esse problema mude, e quem tem condições de fazer isso acontecer?”**

FUNDAMENTOS

07

Um mesmo problema pode levar a soluções muito diferentes

Imagine que uma equipe esteja investigando o desperdício de alimentos nas cidades brasileiras. Depois da pesquisa, ela poderia seguir caminhos bastante diferentes dependendo das causas e limitações que identificou.

Uma proposta liderada pelo governo poderia criar incentivos para que supermercados direcionassem alimentos próprios para consumo, mas que não seriam comercializados, para organizações responsáveis por sua distribuição. Uma solução privada poderia desenvolver uma plataforma para conectar restaurantes e estabelecimentos com excedentes de alimentos a consumidores ou instituições. Uma organização da sociedade civil poderia estruturar uma rede comunitária de coleta e redistribuição. Outra equipe poderia ainda propor um modelo híbrido envolvendo prefeitura, supermercados e organizações locais.

Nenhuma dessas alternativas é automaticamente melhor apenas por seguir determinado formato. A qualidade da proposta dependerá da relação entre o problema pesquisado, as evidências encontradas e o mecanismo escolhido para enfrentá-lo. Se a principal dificuldade identificada for logística, por exemplo, uma solução baseada apenas em conscientização provavelmente não responderá ao ponto central do problema. É essa conexão que vocês precisam buscar.

08

FUNDAMENTOS

O que buscamos no DBDI

No DBDI, vocês não precisam encontrar uma solução perfeita ou apresentar uma resposta capaz de resolver completamente um dos grandes desafios do país. Problemas públicos complexos raramente possuem uma única causa ou uma única solução.

O que queremos observar é a capacidade da equipe de **compreender um problema, investigar suas causas, analisar o que já está sendo feito, considerar diferentes caminhos e justificar as escolhas realizadas**. A proposta deve mostrar não apenas o que vocês querem fazer, mas por que essa abordagem faz sentido diante da pesquisa realizada e como poderia funcionar na prática.

Ao longo do processo, procurem manter uma conexão clara entre **problema, causas, proposta, atores envolvidos, implementação e impacto esperado**. Se a pesquisa aponta determinadas causas, a proposta deve responder a elas. Se vocês identificam limitações nas soluções atuais, as escolhas da equipe devem dialogar com essas limitações. E, se a proposta prevê determinado impacto, deve ser possível explicar quais mecanismos poderiam levar a esse resultado.

Mais do que chegar rapidamente a uma ideia, o objetivo deste primeiro guia é ajudar vocês a construir o caminho até ela. Uma proposta forte costuma surgir quando a solução parece uma consequência natural daquilo que a equipe descobriu durante a pesquisa.